



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE
Diretoria Executiva
Procuradoria Jurídica

Parecer SEI-GDF n.º 58/2018 - FEPECS/DE/PROJUR

Parecer nº 058/2018 – PROJUR/FEPECS

Processo nº: 00064-00003231/2018-86

Interessado: Secretaria de Assuntos Acadêmicos/ESCS

Assunto: Prorrogação Contratual- Contrato FEPECS nº 34/2017 - Seguro de Acidentes Pessoais Coletivos.

EMENTA: Direito Administrativo. Contrato. Celebração de Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2017 – FEPECS e MBM SEGURADORA S.A.. Prestação de Serviços de Seguro de Acidentes Pessoais Coletivos. Prorrogação da Vigência. Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e Parecer Normativo nº 1030/2009 – PROCAD/PGDF. Viabilidade jurídica de se realizar a prorrogação, desde que observadas as recomendações.

I – Relatório

Versam os autos sobre o pedido de prorrogação ao Contrato nº. 34/2017– FEPECS (12167200), firmado em 13/11/2017 entre a Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde e, do outro lado, a empresa MBM SEGURADORA S.A., cujo objeto é a prestação de serviço de segurp de acidentes pessoais coletivos para 759 (setecentos e cinquenta e nove) estudantes da ESCS.

No momento, vieram os autos a esta Procuradoria Jurídica para análise da conformidade jurídica e elaboração de **minuta do Primeiro Termo Aditivo** objetivando a **prorrogação do prazo de vigência**, com fulcro no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

É o breve relato

II – Fundamentação

Preliminarmente, cumpre destacar que a presente análise será realizada sob o prisma estritamente jurídico acerca da prorrogação contratual pretendida, não adentrando, portanto, na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela administração, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa. Além disso, a presente análise se limita ao termo aditivo de prorrogação, não servindo de auditoria ou convalidação de quaisquer atos já formalizados.

II. I – Da Prorrogação do Prazo de Vigência Contratual.

No entendimento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, “contrato administrativo é o acordo de vontades firmado entre entes da Administração Pública e pessoa privada, sob o regime de direito público, em decorrência de lei, cláusulas contratuais ou de natureza indisponível de seu objeto”.

A duração dos contratos somente pode ultrapassar a vigência do respectivo crédito orçamentário quando demonstrada que a prestação de serviços são executados de forma contínua, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 meses (artigo 57, II da Lei 8666/93).

O enquadramento de um serviço como de natureza contínua depende da verificação da realidade do órgão contratante. A necessidade pelo serviço, avaliada no caso concreto, indicará se determinado serviço é ou não de natureza contínua.

Nesse íterim, veja-se o entendimento emanado no Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários a Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc.

Concernente à prorrogação contratual, registre-se que guarda amparo legal nos termos do artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, e o seu escopo reside justamente na obtenção de preços e condições mais favoráveis à Administração.

A prorrogação contratual fundada no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 implica na ampliação da vigência contratual e a manutenção das demais cláusulas e condições inicialmente firmadas, incluindo o valor da contratação.

Indo adiante, além dos passos que devem ser observados na Lei de Licitações, no que tange ao assunto em comento, se faz necessário obedecer aos quesitos elencados no Parecer Normativo nº 1.030/2009 – PROCAD / PGDF, que versa sobre os requisitos legais para prorrogação:

a) Previsão editalícia e contratual – **presente na cláusula nona do Contrato 34/2017;**

b) Relatório prévio do Executor do contrato sobre o interesse da prorrogação e a adequação dos serviços prestados, bem como justificativa escrita nos autos do processo (da necessidade do serviço/fornecimento e da vantagem da prorrogação, em confronto com a deflagração de novo processo licitatório) – **presente (12277869);**

c) Autorização da autoridade competente – **Ato posterior ;**

d) Constatação em pesquisa de que os preços permanecem vantajosos (considerando, inclusive, eventual requerimento de ajuste feito pela contratada) – **presente (13219934), a pesquisa de mercado realizada pela área técnica fez juntar propostas com sistema de complexidade similar, ao que apresentou um valor acima da oferta da contratada, conforme planilha consolidada.**

e) Disponibilidade orçamentária – **presente – (13258873);**

“(...) deve a Administração indicar os recursos, por fonte e dotação, destinados ao financiamento da compra, obra ou serviço a licitar, não se admitindo referência genérica à autorização legislativa de abertura de créditos adicionais/especiais, sem especificação da rubrica orçamentária (TCU, [AC-1823-33/09-P](#), Relator: Ministro Aroldo Cedraz).

Competirá ao Ordenador de Despesas autorizar a emissão das Notas de Empenho para cobrir despesas, em conformidade com o Inciso II, Art. 30 do Decreto nº 32.598/2010.

f) Interesse mútuo das partes – **presente, conforme indicado pelas área técnicas envolvidas, incluindo-se o executor do contrato (12166160), bem como proposta de prorrogação da empresa, vista na carta Carta nº 220/2018-Licitação.**

g) Comprovação de que a contratada mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento – **Necessário que a área técnica responsável analise autenticidade, adequação e validade dos documentos apresentados em momento oportuno.**

Assim, ainda conforme o Parecer Normativo nº 1.030/2009 – PROCAD/PGDF compete às Assessorias Jurídicas analisar o atendimento desses requisitos nos casos que lhes forem submetidos, concretizando o exercício da função que lhes assegurou o art. 2º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 395/2001.

Em relação à minuta, disponibilizamos como anexo o Termo Aditivo, de acordo com o Termo Padrão nº 14/2002 aprovado pelo do Decreto nº 23.287/02.

III – Conclusão.

Ante o exposto, e com base na fundamentação desenvolvida, concluímos pela viabilidade jurídica de realização de prorrogação ao Contrato nº 34/2017 Fepecs, com fulcro no artigo 57, inciso II, da Lei nº. 8666/93 e Parecer Normativo nº. 1030/2009 – PROCAD/PGDF, desde que observadas as recomendações apresentadas ao longo desta manifestação.

Breno Lima Barão
Gerente de Contratos e Convênios
GECON/PROJUR/DE/FEPECS

Aprovo o **Parecer nº 058/2018 – PROJUR/FEPECS** pelos seus fundamentos, e determino o envio do feito à UAG/DE/FEPECS para deliberação quanto à continuidade do feito.

Kelen Cristina de Oliveira
Chefe da Procuradoria Jurídica
PROJUR/DE/FEPECS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 34/2017 - SES-DF

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE E A MBM SEGURADORA S.A., NA FORMA ABAIXO DISCRIMINADA.

A **FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS**, com sua sede à SMHN – Quadra 501 – Bloco A – Brasília – DF, inscrita no CNPJ 04287092/0001-93, neste ato representada por **MARIA DILMA ALVES TEODORO**, brasileira, médica, residente e domiciliada nesta Capital, portadora da Carteira de Identidade nº 1.295.679 SSP/DF e do CPF nº 222.009.084-15, na qualidade de Diretora Executiva da FEPECS, com delegação prevista no argo 1º, inciso III, da Instrução Fepecs nº 2, de 9 de fevereiro de 2011, e competência atribuída pelo art. 24, inciso II do Decreto Distrital nº 26.128 de 19.08.2005, que aprovou o Estatuto da FEPECS, simplesmente denominada CONTRATANTE, e a empresa **MBM SEGURADORA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua dos Andrades, 772, 8º Andar, Centro de Porto Alegre

- SC, inscrita no CNPJ nº 87.883.807/0001-0, neste ato representada por seu Diretor Presidente **JAIR BELTRAMI**, brasileiro, residente e domiciliado em Canoas/RS, portador da Carteira de Identidade nº 301.440.156-1, e do CPF nº 325.234.750-49, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente aditivo contratual, objeto do processo 064.000380/2017 e 00064-00003231/2018-86, na forma abaixo discriminada:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 17/11/2018, com base no inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente ajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A eficácia do presente Termo Aditivo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela CONTRATANTE na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias do prazo daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde.

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

MARIA DILMA ALVES TEODORO

CONTRATANTE

JAIR BELTRAMI

CONTRATADO

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 34/2017 – FEPECS. PARTÍCIPES: FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE, e MBM SEGURADORA S.A.. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses, a partir do dia 17/11/2018. VIGÊNCIA: a partir da data da assinatura. RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato. Processo: 00064-

00003231/2018-86. ASSINATURA: XX/XX/XXXX. SIGNATÁRIOS, pela Contratante: **MARIA DILMA ALVES TEODORO**. Pela Contratada: **JAIR BELTRAMI**.



Documento assinado eletronicamente por **BRENO LIMA BARÃO - Matr.0271738-7, Técnico(a) Administrativo(a)**, em 09/10/2018, às 16:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **KELEN CRISTINA DE OLIVEIRA - Matr.0272702-1, Chefe da Procuradoria Jurídica**, em 09/10/2018, às 17:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **13648273** código CRC= **2824D7C0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SMHN Quadra 03, Conj. "A", Bloco 01 Edifício Fepecs – Brasília-DF - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-907 - DF

(61) 3325-4981

00064-00003231/2018-86

Doc. SEI/GDF 13648273